

## PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE



## LEI Nº 2.242, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE RO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais faz saber que a MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia Annual de Rondônia de Rond

de Rondônia, Aprovou, e Eu, Sanciono e Promulgo a seguinte;

Camara Municipal de Colorado do Oeste PROTOCOLO

DATA HORARIO

10-20 10-55 mic

1010ml Patriz

LEI:

Art. 1º - Ficam aprovados e estipulados os seguintes valores de subsídios para os agentes políticos, Vereadores do Município de Colorado do Oeste Estado de Rondônia:

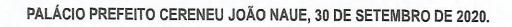
AGENTE POLÍTICO	SUBSÍDIOS R\$	
Vereador Presidente	5.700,00	
Vereador Vice-Presidente	4.750,00	
Vereador 1º Secretário	4.370,00	
Vereador 2º Secretário	4.180,00	
Demais Vereadores	3.800,00	***************************************

- Art. 2º Os valores estipulados nesta Lei, referente aos subsídios dos Vereadores, deverão ser pagos somente se estiverem dentro dos limites legais, observando o disposto no artigo 29-A, inciso 1º, artigo 29 parágrafo IV alínea b, parágrafo VI alínea b, artigo 37, inciso XI da Constituição Federal e artigo 18 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitam os gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal.
- Art. 3º O subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal só poderá ser alterado por Lei específica de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada por maioria absoluta, assegurada à revisão geral, conforme prevê os artigos 20 e 21 da Lei Orgânica Municipal, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitando os limites estabelecidos na Constituição Federal e Constituição Estadual, estando sujeito aos impostos gerais, inclusive os de renda e outros extraordinários, sem distinção de qualquer espécie.
- Art. 4º O subsídio dos Vereadores corresponderá a, no máximo a 30% (trinta por cento) daquele estabelecido para os Deputados Estaduais, observado o que dispõe o artigo 1º caput e inciso VI, letra b da Emenda Constitucional nº 25/2000.
- Art. 5º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluído os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o limite de 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 6º - As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária específica constando no Orçamento Geral vigente.

Art. 7º - Os efeitos pecuniários dessa Lei passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





## Prof. Ms. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 - CEP 76.993-000 Email gabprefcol@hotmail.com / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br COLORADO DO OESTE - RO



Documento assinado eletronicamente por **Jose Ribamar de Oliveira**, **Prefeito**, em 01/10/2020 às 12:00, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do <u>Decreto nº 095 de 29/04/2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>eProc Colorado do Oeste/RO</u>, informando o ID 12692 e o código verificador F3C00C4A.

Docto ID: 12692 v1